



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638432 - SP (2021/0000769-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FELIPE AMORIM PRINCIPESSA - SP271727
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS PAULO SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCOS PAULO SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (15020670720208260536).

O paciente foi preso em flagrante no dia 3/7/20 pela suposta prática do delito previsto no artigo 33, caput, da Lei n. 11.343/2006. A prisão foi convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que não houve nos autos nenhum fundamento concreto que justifique a decisão de manter a prisão do paciente e que não há necessidade da prisão preventiva. Alega ainda, a ocorrência de excesso de prazo, pois a prisão preventiva do paciente já ultrapassou 5 meses.

Por fim, sustenta que o paciente sofre de comorbidade de Tuberculose, tendo iniciado seu tratamento em 28 de maio de 2019, que foi abandonado em razão da transferência para o Município de Guarujá no mês de outubro de 2019 e que, nos termos da Recomendação 62 do CNJ, a liberdade deve ser prestigiada.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva e a concessão da liberdade provisória do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da

Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a teratologia, flagrante ilegalidade ou a impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente